

Parceria Público-Privada e a Gestão da Educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna

Vera Maria Vidal Peroni*

Luciani Paz Comerlatto**

Resumo

Este artigo apresenta resultados de pesquisa acerca da parceria entre o Instituto Ayrton Senna e escolas de ensino fundamental. Trabalha com o referencial teórico-metodológico que embasa a análise da relação público-privada e problematiza as parcerias entre escolas e instituições privadas para a democratização da educação pública no Brasil. Para isso, verifica a parceria entre sistemas públicos de educação básica e o Instituto Ayrton Senna, no intuito de analisar as implicações para a democratização da educação, a partir da adesão ao Programa Gestão Nota 10. Na sequência, analisa as relações entre esse período particular do capitalismo e a inserção do privado na educação pública, com a minimização de direitos materializados em políticas sociais, redefinindo a concepção de democracia. O privado passa a ser o parâmetro de qualidade, situação que cria o que muitos autores denominam de gerencialismo. Em termos gerais, concluiu-se que os sistemas de ensino passaram a definir suas atividades de acordo com as determinações do Instituto, tanto na área de gestão como na área pedagógica, com implicações para o processo de construção da democracia nas escolas.

Palavras-chave: Público e privado em Educação. Público-privado. Instituto Ayrton Senna. Democratização da Educação.

* Doutora em Educação e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Doutora em Educação e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte.

Introdução

O artigo tem como objetivo problematizar as implicações para a democratização da educação que envolvem a relação entre o público e o privado, principalmente através de parcerias de instituições privadas com escolas. O texto tem como base a pesquisa nacional *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional* (ADRIÃO; PERONI, 2010), que objetivou captar as especificidades relativas às consequências das parcerias firmadas entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e as redes públicas de educação básica. Dado o grau de desigualdade e diversidade existente entre os municípios e as regiões do Brasil, a pesquisa selecionou um município de cada região para a realização de dez estudos de caso. As principais fontes de pesquisa foram entrevistas com os secretários de Educação, diretores, professores, coordenadores pedagógicos e coordenadores dos programas em exercício durante o período da parceria. A pesquisa na escola ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e da observação (ADRIÃO; PERONI, 2010). O grupo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou a pesquisa, que depois se tornou nacional, e continuou o trabalho de pesquisa mesmo após o seu término. Teses e dissertações foram defendidas sobre o tema (PIRES, 2009; LUMERTZ, 2008; COSTA, 2011; CAETANO, 2013; COMERLATTO, 2013). Pela importância da atuação do Instituto, permanecemos analisando o IAS na pesquisa atual *Implicações da relação público-privada para a democratização da educação*. Neste artigo foram priorizados os estudos de caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por serem os pesquisados pelas autoras.

O estudo da relação entre o público e o privado é parte do pressuposto teórico-metodológico de que a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças macrossociais e econômicas, mas é parte constitutiva de ambas. Nesse sentido, é importante analisá-las no contexto da redefinição do papel do Estado, que está inserida em um movimento maior do capitalismo, que, na tentativa de superar a sua crise, definiu como principais estratégias o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a Terceira Via. Essas estratégias acabaram redefinindo as fronteiras entre o público e o privado, tanto na alteração da propriedade quanto em relação ao que permanece na propriedade estatal, passando a seguir uma doutrina de lógica do mercado e reorganizando os processos educacionais. Assim, o conceito de Estado não é visto como uma abstração, mas como parte importante da correlação de forças de um dado período histórico¹.

Em nossas pesquisas não tratamos o público e o privado apenas como propriedade, mas como projetos societários inter-relacionados. Dessa forma, é importante o conceito de classe como relação e processo:

[...] classe não é categoria estática, é uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes das suas relações, como se separam, unem entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Neste sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”, é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro. (THOMPSON, 2012, p. 260).

Nesse mesmo sentido, Estado e sociedade civil são perpassados por correlações de forças de classes sociais e projetos societários distintos. Assim, ressalta-se que esta pesquisa tematiza a sociedade civil mercantil, na qual o privado está vinculado ao mercado. O foco da análise é a privatização do público, na lógica mercantil, com implicações para o processo de democratização no Brasil. Dessa forma, não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois se vive ainda em uma sociedade de classes em que sociedade civil e Estado são perpassados por interesses mercantis (PERONI, 2013a).

Partimos, portanto, do entendimento de que a educação, em sociedades democráticas, deve primar pela formação emancipatória dos sujeitos sociais. Assim, ao pesquisarmos a parceria do IAS com as redes públicas de ensino, buscamos compreender se um Instituto que apresenta uma proposta heterônoma/gerencialista de gestão, conforme pesquisa realizadas pelo grupo, citadas acima, efetiva a gestão democrática da educação?

Partindo desse questionamento, analisamos a parceria do Instituto Ayrton Senna com as escolas públicas a fim de exemplificar o processo de esvaziamento da democracia sob a parceria público-privada. Para isso, na sequência, apresentamos o Instituto Ayrton Senna (IAS).

O Instituto Ayrton Senna (IAS)

O IAS se autodenomina, publicamente, como uma entidade do “terceiro setor” e se apresenta como uma Organização Não Governamental (ONG)², sem fins lucrativos (criada em 1994, após a morte do piloto Ayrton Senna):

O Instituto é fruto do sonho do tricampeão de F1[Fórmula 1], Ayrton Senna, e atua em todo o Brasil por meio de soluções sociais voltadas ao desenvolvimento humano, à pesquisa e à produção de conhecimentos para melhorar a qualidade da educação, em

larga escala, de forma gratuita e financiado por “recursos próprios”, de doações e de parcerias com a iniciativa privada. (grifo do autor).

Desde a sua criação, até os dias atuais, o IAS é presidido por Viviane Senna, irmã de Ayrton Senna, e conta, também, com um Conselho Consultivo, formado por vários setores da sociedade empresarial em nível nacional e internacional:

Quadro 1 – Conselho Consultivo do IAS

Antonio Roberto Beldi	Presidente da Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica
David Barioni Neto	Presidente do Grupo Facility
Élcio Aníbal de Lucca	Fundador-presidente da LUCCRA – Lucro com Responsabilidade
Fábio Coletti Barbosa	Presidente do Grupo Abril
Gustavo Ioschpe	Fundador-presidente e sócio-proprietário da G7 Cinema
Ives Gandra da Silva Martins	Jurista
Jackson Schneider	Vice-presidente (VP) da Embraer
Juscelino Fernandes Martins	VP da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A
Luiz Fernando Furlan	Presidente do Conselho de Administração da Concórdia Holding
Osmar Elias Zogbi	Presidente da EAZ Participações Ltda.
Philippe Prufer	Presidente do Conselho Diretor do WWF - Brasil
Walter Piacsek	Partner e Head de LatAm da Apax Partners LLC
Paula Senna	Sobrinha de Viviane Senna

Fonte: Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/quem_somos/index.asp>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Conforme já explicitado na seção anterior, em nossa concepção esta constituição representativa do IAS caracteriza o que Ball e Olmedo (2013, p. 40) chamam de Filantropia 3.0, ou filantropia em rede:

Ao usar este termo estamos sugerindo que para entender o trabalho das “novas” organizações filantrópicas e seus “parceiros”, precisamos considerá-los não sob uma perspectiva individual, como atores isolados, mas sim como nós interconectados que operam de acordo com lógicas de rede e configuram suas agendas e ligações de formas mutantes e fluídas. (grifos do autor).

O IAS caracteriza o ensino público brasileiro como ineficiente e ineficaz, intitulado-se como aquele que apresenta a “fórmula” de superação do fracasso escolar. Nesse aspecto, apresenta como missão “o desafio de criar oportunidades de desenvolvimento humano às novas gerações” (INSTITUTO AYTON SENNA, 2014). A sua proposta abrange educação formal³, educação complementar⁴ e educação e tecnologia⁵. As “soluções” anunciadas pelo Instituto partem da

capacitação de gestores e professores, além do emprego de materiais didáticos, tais como apostilas e avaliações.

Em sua página institucional na internet, o IAS afirma que oferece às administrações públicas serviços de gestão da Educação que “[...] incluem diagnóstico e planejamento, formação de gestores e educadores, desenvolvimento de soluções pedagógicas e tecnológicas inovadoras, tudo articulado de forma a promover uma educação integral para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens em suas múltiplas competências” (INSTITUTO AYTON SENNA, 2014) . Pautado nessa promessa, O IAS vem se destacando no cenário brasileiro a ponto de integrar, desde 2004, a rede de Cátedras da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no mundo.

Nos últimos anos, muitos estudantes, professores e pesquisadores têm se ocupado com a investigação sobre esse Instituto no cenário da educação brasileira. Várias pesquisas acadêmicas de graduação, especialização, mestrado e doutorado buscam esmiuçar a proposta, o funcionamento, os processos, os resultados com os parceiros dos programas oferecidos pelo IAS.

Destacamos, em âmbito nacional, a pesquisa coordenada por Adrião e Peroni (2011)⁶, intitulada *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*, assim como a pesquisa *Novos contornos da parceria público/privada na Gestão da Escola Pública*, sob a coordenação de Peroni (2011), e *Análise das consequências de parcerias firmadas entre o município de Joinville e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*, sob a coordenação de Comerlato (2011). Todas apresentam problematizações sobre as consequências da parceria para a democratização da educação.

Neste ensaio, centraremos a atenção no programa Gestão Nota 10, que “[...] é dirigido aos gestores de educação (diretores de escolas e equipe das secretarias de ensino), oferece capacitação e ferramentas gerenciais”, cuja proposta está baseada em “[...] indicadores e metas a serem parceladas e cumpridas pelas escolas e secretarias da educação” (INSTITUTO AYTON SENNA, 2014) São objetivos do programa:

Elevar a qualidade da aprendizagem de forma equitativa, e promover a articulação de todas as condições necessárias para a eficácia dos processos educacionais nas redes públicas de ensino, incluindo princípios de gestão nas quatro esferas da educação formal: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. Também objetiva fortalecer a competência técnica das lideranças e das equipes de trabalho, criando uma interação ativa e cooperativa na escola e entre a escola e a secretaria de educação. (INSTITUTO AYTON SENNA, 2014).

O IAS afirma que o programa Gestão Nota 10 oferece como produto final a “garantia” de excelentes resultados. Esse programa é adotado como política pública nas redes estaduais do Maranhão e do Piauí e está presente em 548 municípios de 19 Estados, atendendo, em 2012, um total de 1.362.505 crianças e jovens e 40.121 educadores no Brasil (INSTITUTO AYTTON SENNA, 2014).

Conforme Comerlatto (2013), o documento referência do programa Gestão Nota 10 se apresenta como o grande suporte para a garantia de um ensino de qualidade. Ele indica aos seus parceiros as responsabilidades de Governadores, Prefeitos, Secretários de Educação, Coordenadores da Gestão Nota 10, Diretores e Superintendentes Escolares, conforme o quadro a seguir.

Quadro 2 – Responsabilidades dos gestores no programa Gestão Nota 10 (continua)

<p>Governador e Prefeito</p>	<p>Adotar o programa como política pública, isto é, como proposta de estruturação da Secretaria de Educação para a prática da equidade e da qualidade da aprendizagem, no estado ou no município.</p> <p>Garantir a adoção dos instrumentos legais necessários à implantação da política educacional definida.</p> <p>Assegurar os recursos humanos, materiais e financeiros compatíveis com o programa e com a política educacional estabelecida.</p> <p>Priorizar os aspectos técnicos em detrimento dos político-partidários.</p> <p>Acompanhar os resultados e o cumprimento das metas definidas pela Secretaria de Educação.</p> <p>Delegar ao Secretário de Educação a execução do programa, dando-lhe a autonomia e o apoio que a função exige.</p>
<p>Secretário de Educação</p>	<p>Alinhar-se com as determinações do governo/prefeito e assegurar o programa Gestão Nota 10 como ação estrutural da Secretaria de Educação.</p> <p>Diagnosticar/conhecer o perfil de atendimento da rede de ensino e dos alunos.</p> <p>Integrar as redes de ensino.</p> <p>Garantir diretores de escola com competência técnica, selecionados por provas, comprometidos com a política da Secretaria de Educação e responsabilizados pelos resultados e alcance das metas.</p> <p>Integrar ações, resultados e práticas dos projetos às demais ações da secretaria.</p> <p>Garantir o cumprimento do mínimo legal de 200 dias letivos/800 horas.</p> <p>Adotar [Educação de Jovens e Adultos] EJA para os maiores de 15 anos.</p> <p>Adotar política de alfabetização para a 1ª série do Ensino Fundamental.</p> <p>Acompanhar o desenvolvimento e os resultados do programa.</p>
<p>Coordenador do programa Gestão Nota 10</p>	<p>Analisar a implementação da política educacional.</p> <p>Subsidiar as decisões da Secretaria de Educação com os dados relevantes à política educacional.</p> <p>Atuar ativamente no processo de definição das metas relativas a cada indicador do sucesso educacional.</p> <p>Receber e analisar o consolidado dos dados referentes ao funcionamento e à autonomia de todas as escolas.</p> <p>Gerenciar mensalmente o alcance das metas pelas escolas.</p> <p>Acompanhar o desenvolvimento das ações e analisar os dados consolidados do programa, de</p>

	<p>forma integrada e articulada com os demais setores/coordenações da Secretaria de Educação.</p> <p>Apoiar, fortalecer e orientar em serviço os superintendentes escolares para o alcance das metas do seu grupo de escolas, com base nas informações por eles levantadas e também na observação direta sobre as escolas.</p> <p>Rever sistematicamente a aplicabilidade das normas e leis educacionais, com vistas à melhoria contínua dos resultados e ao alcance das metas.</p>
--	---

Quadro 2 – Responsabilidades dos gestores no programa Gestão Nota 10 (conclusão)

Diretor	<p>Garantir a implementação da política educacional definida pela Secretaria de Educação.</p> <p>Implementar as autonomias administrativa e pedagógica, e a gestão financeira na escola, de acordo com o estabelecimento pela Secretaria de Educação.</p> <p>Responsabilizar-se pelos resultados da escola.</p> <p>Coletar, analisar e consolidar os dados referentes ao funcionamento da escola e repassá-los ao superintendente escolar.</p> <p>Acompanhar e avaliar a atuação e o resultado do trabalho do coordenador pedagógico da escola e dos professores.</p> <p>Liderar os membros da comunidade escolar no alcance das metas da escola.</p> <p>Trabalhar em conjunto com o superintendente escolar na constante busca da melhoria da qualidade da aprendizagem.</p>
Superintendente Escolar	<p>Acompanhar a implementação da política educacional municipal/estadual.</p> <p>Ser o elo entre a escola e a Secretaria de Educação no processo de implementação das ações do programa.</p> <p>Acompanhar, nas escolas sob sua responsabilidade, a implementação das autonomias administrativa e pedagógica, e da gestão financeira.</p> <p>Pactuar com o diretor, no início do ano, as metas da escola, de acordo com as metas definidas pela Secretaria de Educação para a rede de ensino.</p> <p>Responsabilizar-se, conjuntamente com o diretor, pelo cumprimento do calendário escolar, pelos resultados e pelo alcance das metas da escola.</p> <p>Apoiar o diretor na integração e articulação dos projetos desenvolvidos na unidade escolar, tais como: Se Liga, Acelera Brasil, Circuito Campeão e Gestão Nota 10.</p> <p>Gerenciar mensalmente o alcance das metas do grupo de escolas sob sua responsabilidade, por meio das rotinas da Sistemática de Acompanhamento.</p> <p>Avaliar o desempenho e fortalecer a liderança do diretor, assim como capacitá-lo em serviço para atuar de forma integrada com a comunidade escolar.</p>

Fonte: (COMERLATTO, 2013, p. 134).

De acordo com as indicações do quadro acima, podemos identificar o caráter heterônimo e hierárquico do IAS e o de subordinação dos sujeitos parceiros. As principais responsabilidades dos diferentes gestores consistem em viabilizar o que o IAS estabelece. Efetivamente, o IAS já tem pré-definido o que cada instância do poder deve aceitar e fazer, sem a mediação dos sujeitos envolvidos e responsabilizados. Conforme Comerlato (2013, p. 136),

Justifica-se, assim, o porquê de a maioria das ações assumirem caráter passivo, de instrumentalização de uma proposta heterônoma, como se observa pelos verbos que indicam as ações dos responsáveis, tais como: o governador/prefeito deve adotar, garantir, assegurar, priorizar e delegar; o secretário da educação deve alinhar-se,

garantir e adotar; o coordenador do Gestão Nota 10 deve subsidiar, gerenciar e apoiar; o diretor deve garantir, implementar, responsabilizar-se, liderar e trabalhar; o superintendente escolar deve pactuar, responsabilizar-se, apoiar, gerenciar e avaliar.

Através dessa prescrição, o programa Gestão Nota 10 se apresenta como o grande precursor no estabelecimento de metas e ações de qualidade, tanto para as secretarias de educação quanto para as gestões escolares, devido ao seu caráter gerencial e aos seus procedimentos administrativos:

A gestão propriamente dita é aquela capaz de articular os recursos em prol dos resultados, com os devidos ajustes de percurso. A gestão se vale de processos gerenciais e instrumentos administrativos, mas vai além deles. No [programa] Acelera e no Se Liga, o acompanhamento de indicadores de processo (cumprimento de calendário escolar, presença de professores e alunos, realização de lição de casa, reuniões de planejamento, visitas de supervisão e livros lidos) é determinante para a qualidade do resultado. (INSTITUTO AYTTON SENNA, 2014).

Na perspectiva do IAS, a gestão educacional de qualidade se dá a partir do cumprimento das metas por ele estabelecidas, de forma hierárquica, controladora e responsabilizatória de todos os envolvidos: Governador, Prefeito, Secretário, Coordenador do Programa Gestão Nota 10, Diretor, Superintendente, Coordenadores Pedagógicos, Professores, alunos⁷. Ou seja, para o Instituto, a qualidade da educação pública passa por um processo de hierarquização, devidamente apontado e garantido pelas gestões envolvidas. Refere-se aos resultados de eficácia e eficiência na implementação dos seus programas, fruto da sua visão particular de educação e ensino, que prima por resultados, o que também caracteriza a sua proposta de gerencialismo e/ou a lógica de mercado na gestão da educação pública.

Essa compreensão, de que a gestão da educação proposta pelo IAS é gerencialista, também pode ser verificada, conforme consta no editorial de Viviane Senna, na revista Educação em Cena:

É ela que imprime o tom dos resultados, conferindo-lhe maior ou menor grau de sucesso. Por isso, a gestão está na essência dos Programas do Instituto Ayrton Senna e caracteriza suas ações, de forma a colaborar com os municípios e estados parceiros na adoção de práticas e ferramentas que confirmam eficiência e eficácia às suas políticas públicas na área da Educação. A gestão, entendida como articulação entre os diversos tipos de recursos – humanos, materiais e financeiros – e os conhecimentos existentes em todos os níveis, não é uma simples formalidade. *Ela é um meio que possibilita ao gestor não só detectar os problemas com que a educação pública se depara, mas, principalmente, propor soluções efetivas de superação, em tempo real.* (SENNA, 2008, p. 5, grifos nossos).

De acordo com Comerlatto (2013), a afirmação do IAS, de que faz o diagnóstico dos problemas e define as soluções, conforme citação acima e também a partir do conteúdo apresentado no quadro 2, suscita a compreensão de que a gestão do IAS pensa, elabora e decide o que é importante para o

sucesso escolar. Posteriormente, o Instituto repassa esses critérios para a gestão da rede, a qual tem a tarefa de administrar as estratégias de controle e a padronização da execução dos programas e de encaminhá-los para a escola. Esta, por sua vez, tem o papel de pensar sobre a melhor forma de otimizar o tempo e de organizar-se para atingir as metas e as ações definidas pelo IAS, através de um processo de amestramento, contraditório com a gestão democrática da educação.

As atribuições apresentadas no quadro 2, *Responsabilidades dos gestores no programa Gestão Nota 10*, nos possibilitam verificar as estratégias gerencialistas, uma vez que as principais responsabilidades dos diferentes gestores consistem em viabilizar o que o IAS já predefiniu, sem o diálogo com os sujeitos envolvidos, os quais, na perspectiva da gestão democrática da educação, deveriam fazer parte do processo de discussão e tomada de decisão em tudo o que lhe diz respeito, pois logicamente são eles os maiores interessados e conhecedores das suas particularidades: condição essencial para uma educação com qualidade social.

Essa proposta de gestão, que esvazia a participação dos sujeitos envolvidos, exige, no mínimo, um questionamento por parte da sociedade brasileira: será que uma proposta gerencialista, heterônoma, hierárquica e generalizada pode garantir uma formação escolar com qualidade social? Qualidade que respeite as diferenças sociais, culturais, econômicas, etc., assim como prime pela autonomia e vivência de processos participativos, democráticos, característicos de uma sociedade democrática.

Cabe destacar que essa orientação de Gestão, proposta pelo IAS aos seus parceiros, está balizada fundamentalmente por duas referências:

- 1) A Pedagogia do Sucesso, de autoria do professor João Batista Araujo e Oliveira (2000). De acordo com o autor, esse livro apresenta a proposta de uma nova política para a educação, que respeita a diversidade pedagógica e educacional, valorizando e potencializando a ideia do herói, na figura do piloto Ayrton Senna;
- 2) O Manual Gestão Escolar: Gerenciando a Escola Eficaz: conceitos e instrumentos da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (BAHIA, 2007). Segundo esse manual, durante muito tempo na história da educação a justificativa para o fracasso escolar se localizava no eixo econômico: os alunos, por serem pobres, frequentavam a escola, muitas vezes, com fome, desnutridos e doentes. Além disso, a escola não oferecia merenda escolar, ou ainda, não havia interesse dos alunos e/ou dos pais por uma educação mais “eficaz”. Sendo assim, a culpa desse problema estava no aluno e/ou na família e/ou na economia. Para esse documento, essa justificativa sobre pontos propulsores do fracasso escolar faz parte do discurso de muitas escolas públicas, mas é

enganoso, porque “[...] as pesquisas sobre escolas eficazes desmentiram essas ideias. Qualquer escola, mesmo nos ambientes mais pobres e difíceis, pode se tornar uma escola eficaz” (BAHIA, 2007, p. 12).

De acordo com essa lógica, o manual *Gerenciando uma Escola Eficaz*, “denuncia os verdadeiros culpados” e, ao mesmo tempo, traz a “solução” para resolver o fracasso escolar.

Para essa corrente de pensamento, a escola é a chave central para o sucesso ou fracasso escolar, cabendo a ela, em caso de falha na aprendizagem, responsabilizar-se e estudar a criação e implementação de medidas corretivas para solucionar o problema. Nesse sentido, o IAS apresenta os seus programas como a fórmula salvacionista para o “fracasso escolar” através da oferta de material pronto e padronizado para que o produto desejado se efetive, como podemos verificar na argumentação de Viviane Senna:

Os materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que um mesmo professor inexperiente, ou com preparação insuficiente – como é o caso de muitos professores no Brasil – seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade, com elevado grau de participação dos alunos na sala de aula, na escola e na comunidade. (SENNA 2000, p. 146).

Conforme Viviane Senna, os conteúdos são “fortemente estruturados”, o que se configura como um retrocesso na autonomia da escola e do professor e, por conseguinte, no processo de democratização da educação.

Nessa perspectiva, concordamos com Robertson (2012) sobre os conteúdos não serem apenas mudanças de natureza técnica, mas que atuam nas concepções e objetivos, o que temos chamado em nossas últimas pesquisas de “conteúdo da educação”. Destacamos que o material fortemente estruturado e padronizado é voltado tanto para escolas indígenas da região amazônica quanto para qualquer outro município urbano, como em São Paulo ou Rio Grande do Sul, conforme pesquisa coordenada por Adrião e Peroni (2011), já mencionada anteriormente. No entanto, identificamos isso como contraditório, devido às exigências deste período atual do capitalismo, de reestruturação produtiva, no qual se consolida a exigência comum de um trabalhador flexível, que saiba pensar, trabalhar em equipe, exatamente o contrário do material proposto na parceria.

Com base no conteúdo da proposta de gestão da educação apresentada pelo IAS, compreendemos que, segundo a sua concepção, o mercado é parâmetro de qualidade para a educação pública. Nesse contexto, é fundamental problematizarmos o que tal forma de pensar efetivamente significa, o que será feito na seção a seguir.

O Mercado como parâmetro de qualidade para a educação pública

É interessante destacar que o Instituto trabalha definindo políticas, com concepção, acompanhamento e avaliação da educação nas redes públicas parceiras. Na justificativa de sua atuação, o Instituto Ayrton Senna aponta problemas na qualidade de ensino público e assume o que seriam tarefas do Estado para com as políticas públicas de educação. Essa perspectiva salvacionista, de que o privado mercantil deve garantir a qualidade da educação pública, não é uma visão isolada de um Instituto, ela está inserida em uma lógica que naturaliza essa participação, pois parte do pressuposto neoliberal de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. Para a teoria neoliberal, o Estado é o culpado pela crise, tanto porque gastou mais do que podia para legitimar-se, já que necessitava atender às demandas da população por políticas sociais, provocando a crise fiscal, quanto porque, ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado. Nessa condição, as políticas sociais são vistas como um verdadeiro saque à propriedade privada, pois, além de atrapalhar o livre andamento do mercado, são formas de distribuição de renda.

A Terceira Via, atual socialdemocracia, não rompe com esse diagnóstico, afirmando que o mundo mudou, que a sociedade do conhecimento e a globalização apresentam novas demandas e que o Estado não deve mais ser o executor de políticas, como ocorria com a antiga socialdemocracia. Aparte isso, é importante destacar que, embora as duas teorias tenham como diagnóstico que o Estado é o culpado pela crise, o neoliberalismo propõe como solução o Estado mínimo, ao passo que a Terceira Via apregoa a reforma do Estado, tendo como parâmetro critérios de mercado. Ambas, no entanto, propõem para a administração pública a gestão gerencial, que tem o mercado como paradigma de qualidade (PERONI, 2013b).

Os parâmetros da administração gerencial possuem como base teórica a *Public Choice*, escola neoliberal que estuda a diferença entre o mercado e o quase mercado, de modo a aproximá-los. Para Buchanan (1984), tanto o mercado quanto o Estado são mundos de escolhas – no mercado, o referendo é permanente; na política, ocorre principalmente através do voto. A proposta é que o “cidadão cliente” faça as suas escolhas. Portanto, mesmo não mudando a propriedade, a administração gerencial minimiza as correlações de forças, próprias do período democrático.

Quanto à democracia, o neoliberalismo prega que ela atrapalha o livre andamento do mercado ao atender à demanda dos eleitores no intuito de legitimar-se, provocando o déficit fiscal. A prescrição é eliminar o voto, o que é mais difícil, ou restringir o seu impacto através de privatização e desregulamentação, ou, ainda, repassar o poder de decisão às instituições privadas, como no caso do Instituto Ayrton Senna (IAS). Em muitos casos, como não se pode suprimir totalmente a democracia (voto, partidos), o esforço se dá, então, no sentido de esvaziar seu poder, minimizando a tomada de decisão das instituições públicas.

Para a Terceira Via, a democracia deve ser fortalecida. Giddens (2001) argumenta que é preciso democratizar a democracia. Contudo, a democracia entendida como a participação da sociedade civil na execução de tarefas que deveriam ser do Estado, ou através da execução direta das políticas ou mesmo da determinação o seu conteúdo⁸, como observamos na análise da parceria com o Instituto Ayrton Senna.

Na intenção de nos contrapormos a essa concepção de democracia, apresentamos os autores que embasam teoricamente nossas análises. Para Vieira (1998, p. 12), “[...] quanto mais coletiva a decisão, mais democrática ela é. Qualquer conceito de democracia e há vários deles, importa em grau crescente de coletivização de decisões”. Wood (2003) remete à indissociabilidade entre o econômico e o político e à relação da democracia com direitos sociais materializados em políticas. E, para Mészáros (2002, p. 1008), “[...] programas e instrumentos de ação sociopolíticos verdadeiramente adequados só podem ser elaborados pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu desenvolvimento”. Enfim, a democracia não é uma abstração, é a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2015).

Destacamos ainda a posição de Vieira (2001), quando afirma que Estado de Direito Democrático vai além de Estado de Direito, pois traz o “princípio da soberania popular”. Segundo o autor, “[...] para além do voto, a legitimação democrática do Estado passa pelo controle social da administração pública” (VIEIRA, 2001, p. 13). Nesse sentido, as parcerias, ao determinar o conteúdo da educação, significam um retrocesso em relação à luta pela democratização da educação que envolveu a sociedade brasileira nos anos 1980, principalmente considerando o nosso histórico nacional de pouca cultura democrática.

No Brasil, após um longo período de ditadura, os anos 1980 foram marcados por um processo de abertura política, com participação popular e organização da sociedade na luta pelos seus direitos. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação da sociedade nas decisões políticas, enfim, à construção

de uma sociedade mais justa e igualitária. Todavia, essa construção encontrou enormes obstáculos, pois o processo de abertura foi pactuado com as forças da ditadura. Conforme Francisco de Oliveira (2007, p. 22),

A Nova República foi pensada como ruptura, mas bem observada ela é a consequência da sociabilidade e do campo de forças longamente gestado desde o golpe militar de 1964, passando pela transformação produtiva e da estrutura social e das novas formas de representação social e política [...]. Seu programa foi a tentativa de criar uma política que fosse a tradução de novos interesses criados pela imensa recuperação capitalista, recuperando as linhas de força entre classe e representação, o que conferia previsibilidade à política.

Desse modo, quando a participação popular e a luta por direitos sociais avançaram alguns passos, a democracia sofreu o impacto das estratégias do capital para a superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento. Houve, portanto, um enorme descompasso entre o processo de abertura democrática em que viviam os países da América Latina e a crise da democracia no chamado capitalismo metropolitano, no qual a ofensiva neoliberal, o processo de reestruturação produtiva e o de globalização já estavam em andamento.

Assim, não é por acaso que, apesar de termos avançado na materialização de direitos através da legislação, temos a dificuldade de implementá-los:

É uma lista bela e conhecida, mas tal Estado de Direito não se realiza apenas com a garantia jurídico-formal desses direitos e liberdades, expressa em documento solene. Quanto a eles, o Estado de Direito determina a sua proteção formalizada e institucionalizada na ordem jurídica e, principalmente, reclama a presença de mecanismos **socioeconômicos** dirigidos e planejados com a finalidade de atingir a concretização desses direitos. Muitas razões de Estado têm conduzido a contradições entre a simples declaração dos direitos e liberdades e a sua real efetivação. (VIEIRA, 1998, p. 12).

A democracia, na sociedade capitalista, envolve relações de poder, de classe, e a sua implementação pressupõe muito conflito. No caso brasileiro, há também um grande obstáculo a considerar, pois o processo de construção de uma cultura democrática é ainda recente. Assim, o movimento de “ofensiva do capital” acaba encontrando um solo fértil, em que a lógica do produto, em detrimento da lógica democrática, parece ser um novo consenso (PERONI, 2012). Como exemplo disso, apresentamos o Instituto Ayrton Senna, devido à sua oferta de material pronto e padronizado para a educação pública.

Ressaltamos, ainda, que o IAS, assim como outras instituições privadas que pretendem dar a direção para a educação pública, partem do princípio de que o público vai mal e que o privado deve “ajudar”, conforme o diagnóstico do neoliberalismo pactuado pela Terceira Via. Essa “ajuda”, que chamamos de privatização do público, pode ocorrer de várias formas e, em muitos casos, a propriedade permanece pública em sua execução, mas a direção é dada pelo setor privado, o que Clarke e Newman (2012, p. 358) denominam gerencialismo:

[...] mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados (e muitos permaneceram no setor público), era exigido que tivessem um desempenho como se estivessem em um mercado competitivo. Era exigido que se tornassem semelhantes a negócios e este ethos era visto como personificado na figura do gerente (em oposição ao político, ao profissional ou ao administrador). Isto introduziu novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos.

Ao analisar o gerencialismo, Rhodes (1996) assinala o que Osborn e Gaebler, no livro “Reinventando o Governo”⁹, distinguem: decisões políticas (*steering*) e execução dos serviços (*rowing*). Verificamos que o IAS atua tanto na direção quanto na execução, pois influencia fortemente as políticas nacionais e chega até a sala de aula com a venda de produtos pedagógicos.

Outra questão que pretendemos destacar é que o Instituto Ayrton Senna também se legitima socialmente para participar da direção do setor público por ser uma instituição filantrópica. A seguir traremos alguns autores para fomentar esse debate.

Através das parcerias, as relações de mercado são transferidas para a filantropia e mutuamente reforçadas. Ball e Olmedo (2013, p. 33-34) ressaltam a importância desse setor, que denominam de nova filantropia:

[...] soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento “baseadas no mercado” estão sendo privilegiadas e fortalecidas através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e “novos” filantropos.

Tudo isso re-situa [*sic*] o escopo e os objetivos da filantropia tradicional. Isso indica uma mudança em três etapas: da doação paliativa (ou seja, a filantropia tradicional ou a “filantropia 1.0”) à filantropia para o desenvolvimento (“filantropia 2.0”) e, finalmente, à doação “rentável”, constituindo aquilo que é chamado de “filantropia 3.0”.

Ball e Junemann (2012) ressaltam que as fronteiras entre filantropia, negócios e setor público foram movidas e que as mudanças são endógenas e exógenas (dentro e fora do setor público). Essas mudanças ocorrem através da disseminação de valores e práticas de empreendimento, empreendedorismo e pela transposição do discurso internacional do gerencialismo (nova gestão

pública). Nessa perspectiva, novos valores, modos de ação e formas de autoridade moral crescem, enquanto outras são diminuídas ou derivadas.

Ball e Junemann (2012) argumentam ainda que, enquanto algumas partes do Estado têm menos controle, outras têm mais do que outrora. O Estado pode mudar de parceiros facilmente, iniciativas e programas podem ser encerrados, contratos rescindidos e agências fechadas. É importante destacar que os autores não minimizam o papel do Estado, ao contrário, destacam a sua importância.

Os autores afirmam que é importante verificar o que é novo na nova filantropia e salientam a relação com os resultados (*giving to outcomes*). Um empresário entrevistado pelos autores deixa claro que, se vai dar dinheiro, quer dar para algo que apresente uma perspectiva de resultados mais efetivos. Outro aspecto da nova filantropia, vinculado aos resultados, é que os financiadores querem ver e mensurar os impactos. Ball e Junemann (2012) discorrem ainda sobre o capitalismo de risco (*venture capitalism*), isto é, eles querem ver o retorno, mas aceitam alguns riscos. E, assim, os filantropistas tomam as decisões de onde investir o seu dinheiro, influenciando ou definindo as políticas sociais em geral e, em particular, as educacionais.

Os autores citados nos ajudam a entender a organização cada vez maior do setor privado em redes, tanto na direção quanto na execução das políticas públicas. Nessa dimensão, destacamos a nossa concepção de redes. O grupo de pesquisas ao qual pertencemos entende que as redes não são abstrações: são formadas e operadas por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe. E são parte de uma relação histórica do capital para com a direção das políticas públicas, com uma grande ofensiva neste período particular do capitalismo.

Queremos ainda enfatizar que analisamos as relações entre o público e o privado como parte das redefinições do papel do Estado. Nesse sentido, apresentamos um importante debate de Wood (2014, p. 18) sobre o assunto: “[...] o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital mesmo – ou especialmente – em sua forma global. A forma política da globalização não é um estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos”. A autora ainda argumenta que:

[...] o capitalismo global é o que é não somente por ser global, mas acima de tudo por ser capitalista. Os problemas associados à globalização [...] não existem simplesmente porque a economia é global, ou porque as empresas globais são incomparavelmente cruéis, nem mesmo por serem excepcionalmente poderosas [...], a globalização é o resultado e não a causa. (WOOD, 2014, p. 18).

A autora ressalta que as empresas globais devem seguir as leis de mercado para sobreviver e que nem mesmo a mais benigna ou responsável consegue fugir à compulsão do capital; assim, o

problema não é de uma ou outra empresa ou agência internacional, mas do sistema capitalista em si. Ela ainda critica as concepções que apontam para uma “soberania **não estatal**, que se encontra em toda a parte e em parte nenhuma [...] **essas visões** não apenas desprezam algo atual na ordem global, mas também nos deixam impotentes para resistir ao Império do capital” (WOOD, 2014, p. 18, grifos nossos). Dessa forma, critica também a concepção de governança global:

Não existe forma concebível de “governança global” capaz de oferecer o tipo de regularidade diária das condições de acumulação de que o capital necessita. O mundo hoje, na verdade, é mais do que nunca um mundo de Estados-nação. A forma política de globalização é, mais uma vez, não um Estado global, mas um sistema global de múltiplos Estados locais, estruturados numa relação complexa de dominação e subordinação. (WOOD, 2014, p. 27-28).

Concordamos com as críticas da autora sobre o conceito de governança global, largamente utilizado por autores que analisam as relações entre o público e o privado, via redes de governança.

Considerações Finais

Vivemos em um momento de profundas alterações no significado de conceitos historicamente constituídos através da luta de classes, tais como democracia, participação, autonomia, qualidade, etc. Essas variações conceituais desencadeiam um esvaziamento da gestão democrática da educação, uma vez que se baseiam em receituários, tais como Pedagogia do Sucesso e Gerenciando uma Escola Eficaz. Suas abordagens salvacionistas apresentam uma proposta heterônoma de educação que ultrapassa os muros da escola, uma vez que dita ações para todos os gestores envolvidos: Governador, Prefeito, Secretário de Educação, Coordenador do programa Gestão Nota 10, Diretor e Superintendente, conforme podemos observar no Quadro 2 *Responsabilidades dos gestores no programa Gestão Nota 10*. Ou seja, o poder público, que, na visão do contratado, “não sabe” como fazer uma educação de qualidade, contrata e financia os serviços de quem se coloca como “conhecedor da verdade” (IAS) e, por isso, determina e estabelece as condições e as regras. E, ao contratante, resta aderir à proposta e financiá-la.

Dessa forma, entendemos que adotar o programa Gestão Nota 10, estabelecido pelo Instituto Ayrton Senna, significa aceitar limitar-se a ser executor de tarefas, operacionalizador de uma proposta heterônoma de educação, a qual, para manter-se, exige subordinação, esvaziamento da autonomia, participação e democracia. O que significa dizer: abrir mão de um direito historicamente conquistado

pela sociedade, que é a gestão democrática da educação, presente nas legislações brasileiras desde a Constituição Federal de 1988.

Verificamos ainda que, entre as principais implicações da parceria para a democratização da educação, está a diminuição da autonomia do professor, que, além de outros fatores, fica minimizada, desde o momento em que ele recebe material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula, sob a presença de um supervisor, que verifica se está tudo certo, até a lógica da premiação por desempenho, que estabelece valores como o da competitividade entre alunos, professores e escolas, como se a premiação dos mais capazes induzisse a um aumento da qualidade da educação, via competição.

A outra questão diz respeito às metas estabelecidas, que passam a dar mais ênfase ao produto final e não mais ao processo, como é característica da gestão democrática, que visa a construir uma sociedade democrática e participativa.

Retomamos a discussão inicial sobre a importância de entender a parceria público-privada situada no tempo e no espaço, e não em abstrato. Neste período particular do capitalismo, de redefinições no papel do Estado, são muitas as dimensões da relação público-privado, e essas redefinições restabelecem, necessariamente, as fronteiras entre o público e o privado, principalmente através das suas parcerias e pelo conteúdo gerencial proposto por elas, com o consequente esvaziamento do que consiste em uma gestão democrática, entendida como direitos, coletivização das decisões, materializada em políticas sociais, bem como na avaliação e no repensar da prática que se dá no processo entre os sujeitos envolvidos com a ação.

Notas

¹ Sobre este tema, ver Peroni (2003).

² Segundo Pires (2009, p. 78) O Instituto Ayrton Senna (IAS) está revestido sob a forma de uma Organização Não Governamental (ONG). A expressão ONG, juridicamente, não existe, ou seja, não existe uma legislação específica que trate desse assunto. Segundo a ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais –, em âmbito mundial, a expressão ONG surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, para designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais.

³ Essa área tem como foco a gestão da educação em quatro esferas: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional. Os Programas são aplicados nas redes de ensino (municipais e estaduais) com o objetivo de superar os principais problemas para o sucesso dos alunos, como o analfabetismo, a defasagem idade e série e o abandono escolar. Disponível em:

<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/programas_home.asp>. Acesso em: 10 abr. 2014.

⁴ Soluções educacionais aplicáveis no turno em que a criança e o jovem não estão em aula ou para aqueles que estudam em escolas de tempo integral. Disponível em:

<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/programas_home.asp>. Acesso em: 10 abr. 2014.

⁵ A inclusão digital é necessária. Por isso, é preciso realizá-la de uma forma mais ampla, que contemple prática e conhecimento. Não adianta saber lidar com o computador, plugar na internet, navegar em sites

sem transformar isso em aprendizado e em oportunidade para melhor inserção no mercado de trabalho. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/br/programas_home.asp>. Acesso em: 15 maio 2010.

⁶ Disponível em: <<http://www.redefinanciamento.ufpr.br/ArquivoTextos/AdriaoPeroni.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

⁷ Ver Comerlatto (2013).

⁸ Sobre este tema, ver Peroni (2006).

⁹ Reinventando o Governo foi um tipo de “bíblia” da Nova Gestão Pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*, 2010. (Relatório de pesquisa)

BAHIA. *Gerenciando a Escola Eficaz: conceitos e instrumentos de Gestão Escolar*. Salvador: Global, 2007.

BALL, Stephen; JUNEMANN, Carolina. *Networks, New Governance and Education*. Bristol: Policy Press University of Bristol, 2012.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antonio. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera (Org.). *Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 33-47.

BUCHANAN, James et al. *El Analisis Economico de lo Politico: lecturas sobre la teoria de la elección publica*. Madrid: Instituto de Estudios Economicos, 1984.

CAETANO, Maria Raquel. *Relações entre o Público e o Privado: a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto Ayrton Senna (2007-2010)*. 2013. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. Gerencialismo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

COMERLATTO, Luciani Paz. *A Gestão da Educação no Contexto da Sociedade Capitalista: a parceria público privado*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

COSTA, Marilda. *Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Home page institucional. Seção quem Somos. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/quem_somos/index.asp>. Acesso em: 20 nov. 2014

LUMERTZ, Juliana Selau. *A parceria público-privada na educação: implicações para a gestão da escola*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MÉSZAROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. Das invenções à indeterminação. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. *A pedagogia do sucesso: uma estratégia política para corrigir o fluxo escolar e vencer a cultura da repetência*. São Paulo: Saraiva; Instituto Ayrton Senna, 2000.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.) *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 11-23.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Revista Proposições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, 2013a.

PERONI, Vera Maria Vidal. As Relações entre o Público e o Privado nas Políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013b.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 15-34.

PIRES, Daniela de Oliveira. *A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no Brasil na promoção do direito à educação*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RHODES, Roderick Arthur William. The New Governance: Governing without Government. *Political Studies*, v. 44, n. 4, p. 652-667, set. 1996.

ROBERTSON, Susan. A estranha morte da privatização neoliberal. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 283-302, maio/ago. 2012.

SENNÁ, Viviane. Um meio para o sucesso. *Educação em Cena*, v. 2, n. 4, p. 5, out. 2008.

SENNÁ, Viviane. O Programa Acelera Brasil. *Em aberto*, Brasília, Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais, v. 17, n. 71. p. 145-148, 2000.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2012.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p. 9-23, mar. 1998.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 55, p. 9-29, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

The Public and Private Partnership and the Management of Education: the Gestão Nota 10 Program

Abstract

This article presents research results on the partnership between Instituto Ayrton Senna and elementary schools. It points out the theoretical-methodological bases to the public-private relationship analysis and problematizes the partnerships between schools and private institutions for the democratization of public education in Brazil. In order to do so, it analyses the partnership between public systems of basic education and the Instituto Ayrton Senna with the purpose of verifying the implications for the democratization of education, following accession to the *Gestão Nota 10* program. It then goes on to analyze relations between this particular period of capitalism and the insertion of the private in public education, with the minimization of rights materialized in social policies, redefining the concept of democracy. The private becomes the quality parameter, a situation that creates what many authors call Managerialism. In general terms, it was concluded that school systems define their activities according to the determinations of the Institute, both in the area of management as well as in the pedagogical area, with implications for the process of building democracy in schools.

Keywords: Private and public education. Instituto Ayrton Senna. Democratization of education.

Vera Maria Vidal Peroni

E-mail: veraperoni@gmail.com

Luciani Paz Comerlatto

E-mail: lucianipaz@gmail.com

La Alianza Público-Privada y la Gestión de la Educación: el Programa Gestión Nota 10 del Instituto Ayrton Senna

Resumen

Este artículo presenta los resultados de la investigación acerca de la alianza entre el Instituto Ayrton Senna y escuelas de enseñanza primaria. Enfoca el referencial teórico-metodológico subyacente al análisis de la relación pública-privada y problematiza las alianzas entre las escuelas y las instituciones privadas para la democratización de la educación pública en Brasil. Para esto investiga la alianza entre sistemas públicos de educación básica y el Instituto Ayrton Senna, con el intuito de analizar las implicaciones para la democratización de la educación, a partir de la adhesión al Programa Gestión Nota 10. En la secuencia, analiza las relaciones entre este periodo particular del capitalismo y la inserción de lo privado en la educación pública, con la minimización de los derechos materializados en políticas sociales, redefiniendo la concepción de la democracia. Lo privado pasa a ser el parámetro de calidad, situación que crea lo que muchos autores denominan de gerencialismo. En términos generales, se concluye que los sistemas de enseñanza llegaron a definir sus actividades de acuerdo con las determinaciones del Instituto, tanto en área de gestión como en el área pedagógica, con implicaciones en el proceso de construcción de la democracia en las escuelas.

Palabras clave: Público y Privado en Educación. Instituto Ayrton Senna. Democratización de la Educación.

Enviado em: 24/10/2016

Versão final recebida em: 08/01/2015

Aprovado em: 04/10/2016